

As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil	Titulo
Boito Jr., Armando - Autor/a	Autor(es)
Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina	En:
Buenos Aires	Lugar
CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales	Editorial/Editor
2006	Fecha
	Colección
Sindicalismo; Política Economica; Poder Político; Clases Sociales; Historia; Neoliberalismo; Brasil ;	Temas
Capítulo de Libro	Tipo de documento
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101020015225/9PIICdos.pdf	URL
Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)

Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)

www.clacso.edu.ar



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Latin American Council of Social Sciences



ARMANDO BOITO JR.*

AS RELAÇÕES DE CLASSE NA NOVA FASE DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

OS ESTUDOS SOCIOLÓGICOS e políticos não têm dispensado suficiente atenção ao fato de que o modelo capitalista neoliberal corresponde a novas relações de classe e de poder na sociedade brasileira. Já temos alguns estudos sobre a evolução da renda e sobre a nova composição de alguns setores e classes sociais, mas faltam estudos sobre como o novo modelo econômico afetou as relações políticas entre as classes e frações de classe que compõem a sociedade brasileira. Ademais, nas discussões recentes sobre o governo Lula, tem havido muita insistência na idéia segundo a qual o novo governo manteve a mesma política econômica herdada de Fernando Henrique Cardoso. Tal insistência tem obscurecido o fato de que o neoliberalismo brasileiro entrou numa fase nova, fase essa que corresponde a importantes ajustes nas relações de classe e de poder típicas do conjunto do período neoliberal. O conhecimento das relações de classe no conjunto do período neoliberal e das novidades da fase que vivemos hoje é imprescindível para se poder pensar uma estratégia política adequada para o movimento democrático e popular no Brasil. Neste ensaio, pretendemos apresentar algumas idéias sobre esse conjunto de questões.

* Professor Titular do Departamento de Ciência Política da UNICAMP, pesquisador do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) da mesma universidade e editor da revista *Crítica Marxista*.

A BURGUESIA E A NOVA FASE DA HEGEMONIA POLÍTICA DO CAPITAL FINANCEIRO

No interior do bloco no poder, a primeira coisa a destacar é a *hegemonia política* do grande capital financeiro, hegemonia política que se mantém ao longo de todo período neoliberal, do governo Collor ao governo Lula. Isso significa dizer que a política econômica e social do Estado brasileiro ao longo das décadas de 1990 e 2000, atende, prioritariamente, os interesses dos investidores internacionais e dos bancos e fundos de investimentos nacionais, articulando e subordinando os interesses das demais frações burguesas aos interesses das finanças¹.

Em segundo lugar, cabe destacar que a política econômica e o bloco no poder ingressaram numa fase nova, que se iniciou no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e que prossegue sob o governo Lula. De passagem, convém ressaltar que só é correto afirmar que Lula dá continuidade à política econômica de Fernando Henrique Cardoso, se estivermos nos referindo apenas à política do segundo governo FHC. A nova fase do neoliberalismo brasileiro é consequência da pressão política da burguesia interna ao longo de toda a década de 1990 e também do *estrangulamento externo*, esse nosso velho conhecido, que ressurgiu nos anos noventa sob a forma da crise cambial de 1998-1999. Resumidamente, o novo arranjo do bloco no poder possibilitou uma integração mais ativa da grande burguesia interna à política hegemônica do capital financeiro, visando, através do crescimento das exportações, obter os dólares e a receita necessários para remunerar o capital financeiro nacional e internacional. Peça importante dessa operação é a política externa que o Estado brasileiro vem implementando nos últimos anos e que visa, segundo a expressão exagerada dos seus mentores, desenhar uma “nova geografia comercial” para a economia mundial. Nessa nova fase, assistimos a uma moderação dos conflitos existentes no interior da burguesia brasileira, conflitos que vinham crescendo no decorrer da fase inicial de implantação do modelo neoliberal. Essa moderação significa maior unidade da burguesia em torno do neoliberalismo.

Vamos desagregar a política neoliberal em três elementos para compreendermos as relações complexas que ela entretém com as diferentes frações burguesas e poder avaliar, em seguida, a natureza e importância da mudança que anunciamos acima.

Um elemento geral e permanente da política neoliberal que atende ao interesse do conjunto da burguesia e do imperialismo é a política

1 O conceito de bloco no poder, elaborado por Poulantzas, caracteriza, justamente, a relação de unidade e de luta entre as frações burguesas e a complexidade da relação da burguesia com a política de Estado (Poulantzas, 1968).

de desregulamentação do mercado de trabalho, de redução de salários e de redução ou supressão de gastos e direitos sociais². Todas empresas capitalistas, pequenas ou grandes, industriais, comerciais ou agrícolas, nacionais ou estrangeiras, tiram proveito, em grau maior ou menor, de maneira direta ou indireta, dessa redução dos custos salariais e dos direitos sociais. Nesse terreno não temos, até aqui, nenhuma modificação. O governo Lula manteve tudo que herdou de FHC: inexistência de política salarial, manutenção do arrocho do salário mínimo, política social meramente compensatória, etc. Os dados relativos a 2003 indicam uma nova queda no salário médio e uma piora na concentração da renda no país. O governo Lula promoveu também uma nova reforma da previdência social, retirando direitos previdenciários dos trabalhadores do setor público e estimulando os fundos de pensão, e está elaborando um grande projeto de reforma trabalhista e sindical que, na forma que atualmente se encontra, retira o caráter imperativo das normas protetoras do direito do trabalho, suprimindo, na prática, a aplicação de inúmeros direitos dos trabalhadores. Pois bem, esse primeiro elemento da política neoliberal é o que tem assegurado, pelo menos até o presente momento, o apoio, firme ou relutante, do conjunto da burguesia ao neoliberalismo.

O segundo elemento importante do modelo neoliberal, a política de privatização, não é tão ecumênico como o anterior. Esse elemento tem marginalizado o pequeno e o médio capital e favorecido apenas as grandes empresas monopolistas e o imperialismo. Quem arrematou as empresas estatais nos leilões de privatização sob o governo Collor-Itamar e durante os dois governos FHC foram as grandes empresas do setor bancário, do setor industrial e da construção civil. A partir da privatização das empresas de energia elétrica, o capital estrangeiro começou a investir significativamente na compra de estatais, processo que atingiu o seu clímax na privatização das empresas de telefonia, quando capitais de origem espanhola e portuguesa tiveram um papel predominante no processo. As normas do processo brasileiro de privatização barraram o acesso do pequeno investidor aos leilões de privatização. É apenas um seleto grupo de grandes empresas que se beneficia com as privatizações. Esses grandes grupos monopolistas nacionais e seus associados estrangeiros serviram-se (ideologicamente) do discurso neoliberal de defesa do mercado e da concorrência para consolidar sua posição monopolista. Sob o governo Lula, os leilões de estatais foram suspensos, até porque o que resta para privatizar são apenas empresas de privatização muito

2 Para a análise do bloco no poder no período anterior ao governo Lula, retomo as idéias que desenvolvi na primeira parte do meu livro *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (Boito Jr., 2002).

problemática –Petrobrás, Banco do Brasil, Correios e algumas outras. Surgiu, em contrapartida, a proposta de privatização dos serviços de infra-estrutura, contida no projeto de lei do Executivo Federal de Parceria Público-Privado (PPP). O PPP, no momento em que escrevemos este texto (julho de 2004), ainda se encontra em processo de discussão no Congresso Nacional. Nas suas linhas gerais ele mantém o privilégio do grande capital: o projeto de lei do governo Lula protege a remuneração do capital privado investido em parceria com o setor público da concorrência, de crises e de outros “imprevistos”, sempre em detrimento de outras funções do Estado –política social, pagamento de fornecedores, etc. A nova privatização mantém a linha da privatização anterior de privilegiar os interesses dos grandes grupos econômicos que, nos governos anteriores, arremataram, utilizando-se das chamadas *moedas podres* e se valendo de empréstimos favorecidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as grandes e lucrativas empresas estatais dos setores siderúrgico, petroquímico, de fertilizantes e de mineração, além de empresas de serviços urbanos.

O terceiro componente da política neoliberal é mais exclusivista que o segundo, pois marginaliza uma parte do grande capital, que é a fração hegemônica no bloco no poder. A política de abertura comercial e de desregulamentação ou abertura financeira, duas políticas que se encontram associadas, foi motivo de muita disputa no interior da burguesia na primeira fase do modelo neoliberal (1990-1999). Apenas o setor bancário do capital monopolista e o capital imperialista têm seus interesses plenamente contemplados por essa política mais restrita. A grande burguesia industrial interna tem algo a perder com essa política. Pois foi justamente aqui, nesse elemento mais exclusivista da política neoliberal, que o governo Lula, seguindo o que fora iniciado no segundo mandato de FHC, operou uma importante modificação e logrou ampliar a base burguesa de sustentação do neoliberalismo.

A política de desregulamentação financeira, associada à política de juros altos e de estabilidade monetária, contempla, ao mesmo tempo, os investimentos financeiros estrangeiros e os *grandes* bancos nacionais –um reduzido grupo de apenas 25 bancos controla 81% do ativo total do setor bancário brasileiro e durante os mandatos de FHC e também agora sob o governo Lula a lucratividade do setor bancário foi sempre mais elevada que a do setor industrial (Boito Jr., 2002: 58). A estabilidade da moeda é imprescindível para que a livre movimentação de entrada e saída de capitais não seja afetada por incertezas e prejuízos que poderiam advir de variações grandes ou abruptas na taxa de câmbio ou nos preços internos. Já a política de juros altos favorece o setor bancário de duas maneiras. De um lado, pelo fato de esse setor, dispondo de maior liquidez que o setor produtivo, ser o principal detentor dos títulos da dívida pública. Os balanços de bancos publicados na

grande imprensa mostram que a participação das aplicações em títulos da dívida pública no total das aplicações dos grandes bancos cresceu muito ao longo dos últimos anos, atingindo, em alguns casos, cerca de 40%; de outro lado, a política de juros altos favorece o setor bancário pelo fato de fazer parte dessa política a concessão de total liberdade aos banqueiros para estipularem, ao seu bel-prazer, os juros que irão cobrar dos empréstimos que concedem às empresas e ao consumidor –crédito para investimento, crédito para consumo, cheque especial e cartão de crédito. Entre 1994 e 2003, segundo levantamento da ABM Consulting, o lucro dos dez maiores bancos brasileiros cresceu nada menos que 1.039%. Durante o primeiro ano do governo Lula, os bancos voltaram a bater recordes de lucratividade. Alguns levantamentos feitos pela Econômica e pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) mostraram que o investimento em fundos renderam, no mesmo período, quatro vezes mais que o investimento nos setores produtivos, além de sobre esses investimentos incidirem menos impostos (*Folha de São Paulo*, 2004a: B1, B3 e B4; 2004b: B3).

O setor industrial, aí compreendido inclusive o setor industrial da fração monopolista da burguesia brasileira, tem sido prejudicado pela política de juros altos e de abertura comercial. Os juros altos significam custos para a indústria e a abertura comercial, a despeito de seus efeitos serem algumas vezes contraditórios, tem, no geral, retirado mercado da indústria local. Ao longo da década de 1990, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) desenvolveu várias campanhas de protesto contra a política de juros e a abertura comercial “exagerada” dos governos neoliberais. O ano de 1996 foi particularmente marcado por ações dos industriais contra os juros altos e os *exageros* da abertura comercial. No mês de maio daquele ano, a FIESP e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) organizaram uma grande manifestação nacional dos industriais em Brasília e a diretoria da FIESP aprovou por unanimidade o apoio da entidade à greve geral de protesto contra o desemprego que estava sendo organizada pela CUT e pela Força Sindical para o mês de junho (Boito Jr., 2002: 62). Esse posicionamento do principal organismo corporativo do grande capital industrial é revelador das relações contraditórias e complexas da burguesia industrial com a política neoliberal, e das oscilações políticas que decorrem dessas contradições. De um lado, há resistência, ainda que limitada, de setores da burguesia industrial a aspectos importantes da política neoliberal –a abertura comercial e a política de juros. De outro lado, porém, a grande burguesia industrial apóia ativamente a política de privatização, a desregulamentação do mercado de trabalho e a redução dos direitos sociais. A atuação dos industriais tem consistido em repassar para as classes populares o prejuízo que lhes é imposto pelos bancos e pelo imperialismo. Durante os dois mandatos de FHC, a

FIESP, a cada novo aperto nos juros e na concorrência externa, solicitava, como uma espécie de compensação, novas privatizações e novos cortes nos direitos sociais e trabalhistas (Boito Jr., 2002: 66).

A antiga burguesia industrial interna, a maior beneficiária da política desenvolvimentista do pós-1930, perdeu poder econômico e político durante toda a década de 1990. Muitas de suas empresas foram vendidas ao capital estrangeiro, acossadas que estavam pela política de abertura e de juros altos, outras se converteram em montadoras de componentes importados –como foi o caso de boa parte do setor eletro-eletrônico. A insatisfação dessa fração burguesa foi administrada com alguma dificuldade durante os dois mandatos de FHC. As divergências entre o grande capital industrial e o grande capital bancário repercutiram no interior do governo, constituindo duas correntes políticas diferenciadas: a corrente neoliberal extremada, que foi amplamente dominante no governo e que controlou o Ministério da Fazenda e o Banco Central, e a corrente neoliberal mais moderada, que foi minoritária; a primeira, que congregou nomes como os de Pedro Malan, Gustavo Franco e Armínio Fraga, expressava os interesses específicos do setor bancário, enquanto a segunda, que teve como expoentes Sérgio Mota, Luís Carlos Mendonça de Barros e José Serra, vocalizava os interesses do setor industrial da grande burguesia. Em 2002, a frente oposicionista que sustentava a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à presidência interveio nessa disputa. Lula e o Partido dos Trabalhadores exploraram amplamente essa insatisfação do grande capital industrial nos comícios da campanha. A pregação do PT contra a *especulação* e a favor da *produção*, contra as altas taxas de juros, por uma reforma tributária que desonerasse a produção e seu discurso pelo crescimento econômico, todos esses pontos visavam introduzir uma cunha no interior do bloco no poder, mostrando à grande burguesia industrial interna que ela tinha porque apoiar a candidatura Lula. Uma vez no governo, Lula buscou um meio termo. De um lado, manteve a política econômica sob o império do capital financeiro, traindo assim as promessas que fizera aos industriais, mas, de outro lado, como já indicamos, aprofundou a política iniciada no segundo mandato de FHC, de modo a encontrar um lugar mais confortável para a indústria no modelo neoliberal.

A política econômica do primeiro mandato de FHC, com abertura comercial e financeira combinada com uma taxa de câmbio estabilizada numa relação quase paritária com o dólar era interessante para o capital financeiro, mas já tinha revelado debilidades na crise de 1995 e, principalmente, na grande crise cambial brasileira do final de 1998 e início de 1999. Associada à pressão política da grande burguesia interna, essa crise levou o governo FHC a iniciar uma correção de rota. A história é conhecida. Antes de desvalorizar o real, Fernando Henrique Cardoso garantiu uma sobrevida de pelo menos três meses ao dólar barato (1,20

reais), de modo a conceder um tempo para que capitais especulativos pudessem adquirir o dólar a preço baixo e se retirar sem prejuízo do país. Somente depois que trinta ou quarenta bilhões de dólares tinham batido asas para se pôr a salvo no exterior, Fernando Henrique Cardoso afastou Gustavo Franco da Presidência do Banco Central e permitiu a desvalorização do real. Essa nova política representou o primeiro grande estímulo às empresas exportadoras. Longe de ser incompatível com a hegemonia do capital financeiro ela é uma exigência da reprodução do poder das finanças imperialistas e nacionais. A economia brasileira iniciou uma verdadeira *caça aos dólares*, condição para poder remunerar o capital financeiro nacional e internacional. Mantido o modelo econômico neoliberal, esses dólares, tendo em vista a redução da entrada de capital estrangeiro no Brasil na década de 2000 e o alto endividamento do país, só podem ser obtidos com o crescimento das exportações. O governo Lula avança nessa mesma direção e, na verdade, é mais conseqüente na implementação desse novo esquema –serve de exemplo a atuação do governo Lula na Reunião Ministerial da OMC realizada em setembro de 2003 em Cancun no México (Boito Jr., 2003b).

A política de *caça aos dólares* conta com as exportações da indústria, do setor agrícola e da extração mineral. A participação total da indústria na pauta de exportações apresentou um grande salto na década de 1970, como resultado da política de industrialização da ditadura militar. De fato, se em 1964, os produtos manufaturados respondiam por apenas 6,2% do total das exportações brasileiras, em 1984, último ano da ditadura militar, essa participação tinha saltado para 56% do total das exportações. Em duas décadas de política econômica industrialista da ditadura, a economia brasileira se afirmou como uma economia periférica intermediária e industrializada. Desde então, a participação dos manufaturados na pauta de exportações estagnou e apresentou, mais recentemente, uma pequena queda: 54,2% em 1989, 57,3% em 1994 e 54,7% em 2002 (Oliveira, 2004). Acreditamos que se mantém a tese dos críticos da política econômica dos anos noventa, segundo a qual o neoliberalismo provocou um processo de desindustrialização nas economias da América Latina, significando isso que diminuiu o peso do produto industrial no PIB e que o perfil da indústria mudou, com declínio dos setores mais sofisticados e ascensão dos setores industriais que processam recursos naturais –minérios, papel e celulose, produtos alimentícios, etc³. O resultado dessa especialização regressiva

3 Fazendo o balanço do período 1992-2000, Ricardo Carneiro afirma: “O que se pode concluir do conjunto dos dados é que a estrutura do comércio exterior brasileiro refletiu fielmente as mudanças ocorridas na estrutura produtiva, com exportações concentradas em setores de menor conteúdo tecnológico, ocorrendo o inverso com as importações” (Carneiro, 2002: 334).

é que muitos setores industriais tiveram a sua cadeia produtiva desorganizada pela abertura comercial e hoje são deficitários nas trocas com o exterior. O grande herói nas relações comerciais do Brasil com o resto do mundo é o agronegócio. Com efeito, o saldo positivo do agronegócio brasileiro com o exterior atingiu em 2003 a cifra de US\$ 25,8 bilhões, US\$ 1 bilhão a mais que o festejado saldo global da balança comercial brasileira no mesmo ano, que foi de US\$ 24,8 bilhões (Oliveira, 2004). Dito de outro modo, sem o agronegócio a balança comercial brasileira teria apresentado um déficit de US\$1 bilhão em 2003.

A política de *caça aos dólares* exige, portanto, prioridade à monocultura de exportação. O governo FHC iniciara os contatos internacionais com os países do hemisfério sul objetivando pressionar os países imperialistas para que eles reduzissem o subsídio aos seus produtos agrícolas e as barreiras tarifárias e as não-tarifárias que impuseram aos produtos agrícolas dos países periféricos. O governo Lula articulou o Grupo dos 22 (G-22), uma aliança dos países exportadores de grão, para continuar perseguindo o mesmo objetivo. A defesa das exportações agrícolas vem acompanhada, tal e qual na *era FHC*, da abdicação de lutar pelo desenvolvimento econômico nas áreas de alta tecnologia, pelo controle dos investimentos estrangeiros e por tudo o mais que, de fato, poderia libertar a economia brasileira do imperialismo. Na OMC e nas negociações do MERCOSUL com a União Européia, o governo Lula adotou de modo claro e sistemático a política de fazer concessões aos investidores estrangeiros, ampliando a participação deles no mercado brasileiro, como, por exemplo, nas compras governamentais, em troca de obter uma elevação na exportação de produtos agrícolas brasileiros. O governo Lula aceita a atual divisão internacional do trabalho, mas quer todas as oportunidades para obter o máximo possível dentro da função de exportador de produtos primários e de bens industriais de baixa concentração tecnológica que tal divisão reserva ao Brasil. Como disse o presidente Lula ao fazer o balanço da Reunião Ministerial da OMC, realizada em Cancun em setembro de 2003: “Nós queremos apenas a oportunidade de competir livremente”.

Sem dúvida, a política de comércio exterior do governo Lula pode colidir com alguns interesses da sociedade estadunidense –setores como os produtores rurais, o comércio de produtos agrícola e os defensores de uma política de autonomia e segurança alimentar. Foram esses interesses convergentes que levaram à edição da lei agrícola protecionista daquele país em 2002. Porém, o setor mais reacionário da burguesia estadunidense, o grande capital financeiro, não parece apoiar a política protecionista, ao menos na sua forma e no seu radicalismo atuais. O capital financeiro quer que o Brasil obtenha divisas para continuar pagando, em moeda forte, os juros da dívida, e para continuar permitindo que os ativos do capital financeiro imperialista investidos no Brasil possam se transformar, sem sustos, em dólares a serem repatriados. O *The*

Wall Street Journal, na sua edição de 18 de setembro de 2003, aplaudiu, em editorial, a pressão do governo Lula contra os subsídios agrícolas que, disse o jornal, “desnaturam o livre comércio”. É por isso que estão equivocados os intelectuais e dirigentes políticos que consideram progressista a política externa voltada para a construção da *nova geografia comercial* do governo Lula. O erro consiste em não perceber que a política de *caça aos dólares*, embora se choque, aqui e ali, com a política dos EE.UU. ou da UE, não questiona a posição subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho e a função exportadora de sua economia; pelo contrário, tal política reafirma essas duas condições.

Essa nova política pode, portanto, gerar conflitos comerciais com alguns setores dos países imperialistas e tal política exige também que o capital financeiro faça concessões à burguesia interna. A produção para exportação precisa de financiamento, taxa de câmbio compatível, etc. O dólar deve permanecer um pouco mais caro para elevar a renda obtida em moeda nacional pelos exportadores e o BNDES deve ampliar seu programa de financiamento a juro subsidiado à exportação. Porém, enquanto persistirem a política de taxa oficial de juros elevada, a liberdade para os banqueiros fixarem a taxa de juros que cobram dos tomadores de empréstimos, o nível de impostos sobre as empresas do setor produtivo legado pelo governo FHC, a política de superávit primário elevado para remunerar os títulos e os juros da dívida e a total liberdade para entrada e saída de capitais, enquanto persistir esse conjunto de políticas articuladas, todo estímulo para a burguesia interna produzir e exportar estará subordinado aos objetivos da política de *caça aos dólares* e de aumento da receita para remunerar o capital financeiro nacional e internacional.

Dessa maneira, temos, hoje, uma aliança entre, de um lado, um setor politicamente hegemônico, integrado pelo grande capital financeiro interno e estrangeiro, e um setor politicamente subordinado, integrado pela burguesia industrial voltada para a exportação e pela monocultura de exportação. O Estado brasileiro, representando o imperialismo e as finanças, redirecionou a produção industrial, resgatou do limbo a agricultura e unificou mais ainda o bloco no poder em torno do modelo capitalista neoliberal. A consequência política dessa nova fase do modelo econômico, tem sido um fortalecimento da posição hegemônica do capital financeiro no interior do bloco no poder, pois que a nova fase tem permitido um alívio na situação do setor da burguesia industrial voltado para exportação e da burguesia agrária⁴.

4 Com a FIESP, o conflito parece ter atenuado também pelo fato de os setores industriais voltados para exportação terem se fortalecido no interior da entidade no final da década de 1990 (Bianchi, 2004). Porém, o conflito não acabou. Em junho de 2004, quando o crescimento econômico do primeiro semestre do ano já era comemorado pelo governo e pela grande imprensa, o empresário industrial Ivoncy Ioschpe, presidente do Instituto de Estu-

AS CLASSES TRABALHADORAS E A NOVA FASE DA HEGEMONIA IDEOLÓGICA DO NEOLIBERALISMO

Examinaremos agora a situação das classes trabalhadoras. Procuraremos destacar que, ao longo de todo o período neoliberal, o neoliberalismo obteve, ainda que de modo variável e a despeito de seu caráter antipopular, um impacto ideológico considerável junto a diferentes setores das classes trabalhadoras. O pensamento crítico no Brasil resiste em examinar seriamente essa hipótese, ainda que com o rumo conservador tomado pelo governo Lula tal resistência tenha diminuído. O impacto ideológico do neoliberalismo permitiu que as reformas neoliberais contassem com um apoio difuso junto a setores populares –o caso mais evidente é o das reformas da previdência do governo FHC e de do governo Lula. Nós pensamos, na verdade, que o neoliberalismo logrou constituir uma nova hegemonia ideológica da burguesia no Brasil. Falando do bloco no poder, utilizamos o termo hegemonia política para designar o controle da política econômica pelo capital financeiro. Agora, falando das classes trabalhadoras, podemos utilizar a expressão hegemonia ideológica para designar a dominação ideológica de classe ou de fração, sempre que essa dominação lograr formar um *consenso majoritário* no conjunto da sociedade⁵. O impacto popular do neoliberalismo não significa que tenha se formado no Brasil um *entusiasmo popular pelo mercado*. Na verdade, há um grande mal-estar difuso com a situação econômica e social do país. Porém, o modelo econômico neoliberal não é identificado como a causa dos males que afligem a população trabalhadora. Parte dos trabalhadores não vê alternativa fora desse modelo, admite-o passivamente; outra parte acredita que a situação poderá melhorar se novas reformas neoliberais forem implantadas –uma nova rodada na *reforma permanente* da previdência para acabar com *privilégios* remanescentes, uma nova rodada de flexibilização da legislação trabalhista para *ajudar na criação de empregos*, etcetera.

dos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), fez declarações muito críticas em entrevista à imprensa: “Nós, do IEDI, sempre dissemos que seria preciso colocar duas variáveis no lugar certo: o câmbio e os juros. Como o dólar perto de 3,10 reais, o câmbio está indo na direção correta. Os juros, porém, continuam totalmente fora do lugar [...] Eu, sinceramente, achava que [Lula] conseguiria implementar uma política de centro-esquerda e que isso faria bem ao país. Infelizmente, a ação do Lula tem sido de direita. É o governo mais conservador desde a redemocratização [...] Como o mercado financeiro aplaudiu, o governo ficou refém do conservadorismo” (*Isto É*, 2004: 35). As empresas de Ivoncy Ioschpe produzem vagões, chassis e autopeças e têm apresentado faturamento crescente graças às exportações e às encomendas ferroviárias.

5 Essa é, *aproximadamente*, a maneira como Antonio Gramsci utilizava a noção de hegemonia, designando a *direção moral e intelectual* da sociedade por um determinado bloco histórico. Contudo, no caso do neoliberalismo, a hegemonia ideológica é um fenômeno que não se encaixa perfeitamente no conceito gramsciano. Voltaremos a esse ponto.

Um importante apoio do neoliberalismo fora da burguesia localiza-se na fração superior da classe média brasileira que é uma aliada importante da grande burguesia e do imperialismo. O Estado de bem-estar social, principalmente em suas versões mais avançadas, não interessa à alta classe média. Quanto mais generalizados e igualitários forem os direitos sociais e o usufruto dos serviços públicos, mais eles aparecem a tal setor social como perda de renda, devido aos impostos que o Estado de bem-estar faz incidir sobre as famílias abastadas, e como declínio social, devido à redução da desigualdade econômica e social. Embora no Brasil não tenha sido implantado um Estado de bem-estar no sentido rigoroso do termo, a crítica neoliberal aos direitos sociais atraiu a alta classe média (Boito Jr., 2003a).

Além de conquistar a fração superior da classe média, o neoliberalismo neutralizou ou atraiu setores operários e populares. Isso se deu através de mecanismos bastante complexos e sem que esses setores populares tenham –diferentemente do que ocorre com a alta classe média– os seus interesses atendidos pela política neoliberal. Não há ganhos efetivos para as classes populares e a adesão ao neoliberalismo pode se apresentar, como adesão negativa, como ilusão ideológica ou como neutralização política. Desse modo, torna-se possível, segundo consideramos, pensar uma *hegemonia regressiva*, instável, cujas relações diferenciadas com distintos setores populares convergem, apesar de sua heterogeneidade, para algum tipo de sustentação política do neoliberalismo no meio popular. Enfim, é preciso pensar a hegemonia de um modo menos culturalista (consenso em torno de valores e idéias) e menos historicista (adesão a um modelo progressista que desenvolve as forças produtivas e distribui renda), para se poder compreender o tipo de hegemonia ideológica burguesa que se instaura com o capitalismo neoliberal no Brasil.

Com a formação do governo Lula, também ocorreram modificações nas relações do Estado e do governo com as classes trabalhadoras. O impacto popular do neoliberalismo também saiu fortalecido. O governo Lula aprofundou a política, iniciada por Fernando Collor de Melo, de explorar, de uma perspectiva reacionária, as contradições –que são contradições reais– entre os diferentes setores das classes trabalhadoras, de maneira a fazer passar as reformas neoliberais e utilizou a ligação histórica da equipe governamental com os movimentos populares para implantar uma política sistemática de cooptação de seus dirigentes. A política de cooptação não deve ser vista, contudo, apenas como envolvimento das lideranças em troca de cargos, empregos e regalias. A mudança de orientação do PT, de seus aliados e dos integrantes da equipe governamental não é recente e nem pode ser pensada como uma simples mudança de orientação desses políticos profissionais. Essa mudança de orientação faz parte de um processo mais longo

e mais profundo. Tendências políticas e ideológicas na própria base de alguns movimentos populares também explicam essa mudança e facilitaram a política de cooptação.

A ELITE SINDICAL E O NOVO CORPORATIVISMO

No campo das classes trabalhadoras, o primeiro ponto de apoio do qual dispõe o governo para manter o modelo neoliberal é o principal setor daquilo que foi chamado o novo sindicalismo. Trata-se de uma parte dos trabalhadores assalariados que usufrui condições de trabalho e de remuneração superiores aos da grande massa operária e popular e que dispõe de grande capacidade de organização e de luta sindical. Essa camada está representada pelos operários das montadoras de veículos e de outras grandes empresas multinacionais, pelos petroleiros, bancários de grandes bancos privados e estatais e alguns outros setores. Esses trabalhadores estão representados no cenário sindical pela corrente Articulação Sindical, que é a corrente hegemônica da CUT, e estão vinculados também à corrente política que controla o PT. Atualmente, o dirigente mais importante desse setor é o metalúrgico Luiz Marinho, eleito, com o apoio ativo do presidente Lula, para a presidência da CUT.

Grande parte da equipe governamental é formada por sindicalistas egressos da corrente Articulação Sindical. Pelo menos uma centena de sindicalistas originários dessa corrente estão ocupando altos postos na administração e nas empresas públicas. Se considerarmos os setores intermediários e de base da hierarquia do Estado bem como as ONGs financiadas pelo governo, o número de sindicalistas e de assessores da Articulação Sindical que dispõem de verba e de cargos públicos deve-se contar aos milhares. Um órgão da grande imprensa escreveu que estaríamos assistindo à formação de uma *República dos sindicalistas* no Brasil. O fato de os sindicalistas serem hoje parte muito importante do pessoal dirigente do Executivo federal, cria uma situação próxima àquela designada por Nicos Poulantzas com o conceito de *classe detentora* do aparelho de Estado –aquela classe que praticamente monopoliza os altos cargos da burocracia pública sem que tenha, por causa disso, capacidade de influenciar a política econômica e social (Poulantzas, 1968). A situação brasileira atual não reproduz fielmente a situação designada pelo conceito de classe detentora –isso porque não estamos falando do conjunto da classe operária e os sindicalistas da Articulação Sindical estão longe de monopolizar os principais cargos do Executivo federal. Porém, mesmo nessa versão limitada, a detenção de altos cargos no Executivo federal pelos sindicalistas produz efeitos políticos e ideológicos importantes junto aos trabalhadores.

O novo sindicalismo imagina ter chegado ao poder ou, pelo menos, estar participando dele, e espera do presidente sindicalista, não

uma ruptura com o modelo capitalista neoliberal, mas um neoliberalismo com crescimento econômico e expansão do emprego. Essa camada de trabalhadores tem aceitado parte do privatismo neoliberal e acredita que pode utilizar seu poder de organização e de pressão sindical para converter alguns aspectos do neoliberalismo em instrumentos de defesa e de melhoria de suas condições de vida. Os observadores que ignoram a existência dessa concepção e estratégia, que não nasceram agora e que foram construídas ao longo dos governos Collor e FHC, têm dificuldade de entender a *virada do PT*.

É importante recuperar, nos dias de hoje, a fase inicial da história desse sindicalismo, que foi relegada, não por acaso, ao esquecimento. No final da década de 1970, o sindicalismo dos metalúrgicos do ABC, que sempre foi um sindicalismo controlado pelo operariado das montadoras de veículos e, particularmente, pelo setor mais qualificado desse operariado, apresentava uma concepção economicista e corporativa da ação sindical. *Economicista*, na medida em que recusava a ação política dos trabalhadores e *corporativista*, não no sentido de corporativismo de Estado, que era e é o corporativismo típico da estrutura sindical brasileira, mas um corporativismo de novo tipo, caracterizado pelo insulamento de um pequeno setor das classes trabalhadoras no terreno da organização e da luta política ou sindical –o *egoísmo de fração*, do qual falava Gramsci. A ação e os discursos dos dirigentes desse sindicalismo traduziam basicamente a aspiração elementar pela elevação do consumo individual no mercado, apostando, para tanto, na livre negociação salarial, e rejeitando o envolvimento do sindicalismo com a política. Lula, então dirigente sindical, não se cansava de repetir que os problemas dos trabalhadores seriam resolvidos com a livre negociação e rejeitava a participação do sindicalismo na luta contra a ditadura e pela Constituinte pois, como gostava de lembrar, o Brasil já tivera *cinco ou seis constituições* e nenhuma delas resolvera o problema dos trabalhadores⁶.

O sindicalismo do operariado das montadoras, liderando a massa metalúrgica do ABC, tentou, de fato, aplicar uma estratégia economicista e corporativista próxima do *tradeunionismo* de tipo norte-americano, mas foi barrado no seu intento pela existência da ditadura militar e de sua política de arrocho salarial. Quando os sindicalistas de São Bernardo iniciaram a greve metalúrgica de 1979, dois eventos os surpreenderam enormemente, conforme as suas próprias declarações. Em primeiro lugar, ficaram espantados com a reação repressiva violenta e decidida da ditadura militar. Conforme o próprio Lula declarou, ele nunca imaginara que o Exército Nacional pudesse ser mobilizado contra os trabalhadores.

6 Os pronunciamentos feitos por Lula nesse período estão reunidos no livro-documento *Lula, entrevistas e discursos* (Silva, 1980).

O segundo evento foi a iniciativa das associações e movimentos populares, dos mais variados tipos e –literalmente– de todos os cantos do Brasil, que se mobilizaram para garantir material e politicamente a greve dos operários do ABC. Na época havia, também, correntes de esquerda atuando no ABC. Os militantes do Partido Comunista Brasileiro, que haviam fundado o sindicato de São Bernardo na década de 1960, tinham perdido quase todo espaço devido às intervenções da ditadura militar no movimento sindical, mas outras correntes –como a trotskista Convergência Socialista que atuava principalmente no sindicalismo metalúrgico de Santo André– insistiam na necessidade de os operários construírem um partido político e assumirem abertamente a luta contra a ditadura militar. Foram a repressão ditatorial, a solidariedade do movimento popular e a intervenção das correntes de esquerda que politizaram rapidamente o sindicalismo de São Bernardo e convenceram a direção sindical emergente da necessidade de criar uma ampla frente de trabalhadores assalariados e de intervir no processo político nacional.

Essa nova fase, que se estende por toda a década de 1980, foi marcada pela criação da CUT, pela construção do PT e pela gradativa formulação de uma plataforma que apontava para a construção de um Estado de bem-estar social no Brasil –os sucessivos congressos da CUT e do PT, além de pleitearem a elevação do consumo individual no mercado através do aumento de salário, consolidaram uma plataforma que reivindicava estatização da educação e saúde, estatização dos transportes públicos, do sistema financeiro, etc. A CUT e o PT, ao contrário do que sugere a imagem pública dessas organizações, nunca definiram um programa de construção do socialismo no Brasil, mas, ao longo dos anos oitenta, lutaram pelo Estado de bem-estar social. Foi nesse período que a grande frente de assalariados dirigida pelo sindicalismo do ABC consagrou, como instrumento da luta reivindicativa, a greve geral nacional de protesto contra a política do governo –foram cinco greves gerais nacionais entre 1983 e 1989, com a participação crescente de milhões de trabalhadores. O programa de implantação de um Estado de bem-estar social, a estratégia de formação da grande frente de assalariados, a organização da CUT e do PT e o método de luta que consistia em recorrer às greves de massa eram, todos, aspectos distintos de uma mesma e única concepção política e sindical.

Em 1990, essa concepção e essa estratégia começaram a mudar e a Articulação Sindical, sempre como representante preferencial do operariado das montadoras, de petroleiros e de bancários, iniciou um retorno parcial, e em condições históricas novas, ao economicismo e ao insulamento corporativo que tinham marcado a sua estréia na cena social brasileira.

Diante da vitória de Fernando Collor de Melo na eleição presidencial de 1989, esse sindicalismo começou a rever a estratégia que

apontava para a implantação de um Estado de bem-estar social, estratégia que impulsionara a sua ação ao longo dos anos oitenta e que se baseara na prática de um sindicalismo de massa e de oposição, e foi se fechando numa espécie de insulamento corporativo, procurando assegurar suas condições de vida, mais uma vez, pela mera elevação do consumo individual no mercado e através do instrumento estritamente sindical do contrato coletivo de trabalho. Portanto, confrontado com a grande derrota política do movimento operário e popular na eleição presidencial de 1989, e já sob o impacto do enorme desemprego produzido pela recessão de 1990, o novo sindicalismo mudou de orientação.

Ao longo dos anos noventa e nos dias de hoje, o sindicalismo dos operários das montadoras de veículos tem apostado no contrato coletivo de trabalho em detrimento das normas protetoras do direito do trabalho –mesmo caminho seguido por petroleiros, petro-químicos e bancários, isto é, pela base da Articulação Sindical. Quem tem a oportunidade de discutir com esses dirigentes sindicais conhece a indiferença e, às vezes, o desdém com o qual eles tratam as normas protetoras do direito do trabalho presentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a ação dos fiscais do trabalho, que chegam a considerar ilegítima. Também na área de saúde e de previdência esses operários vêm se aproximando das propostas privatistas. Tal qual parcela importante da classe média, estão se afastando dos serviços públicos e priorizando contratos coletivos de trabalho que assegurem planos privados de saúde e vêm, sob a direção de seus sindicatos, preparando a organização de fundos de pensão à margem da previdência pública para prover suas aposentadorias. Enfim, têm alimentado a expectativa, em grande parte ilusória, de que poderão se salvar sozinhos adaptando alguns dos aspectos básicos do modelo capitalista neoliberal aos seus interesses específicos e dispensando parte dos direitos trabalhistas e sociais, isto é, dispensando a ação regulamentadora do Estado.

Com esse novo corporativismo, pode se misturar, em questões como a da previdência, a aspiração operária pelo controle direto das caixas de pensão e do sistema previdenciário. O movimento operário e popular dificilmente obtém participação ampla na gestão dos serviços públicos no Estado de bem-estar social. A burocracia do Estado burguês tende a monopolizar o processo de tomada de decisões nesses serviços. Os operários podem imaginar que o fundo de pensão, dirigido pelo próprio sindicato, representaria uma avanço no controle democrático do sistema previdenciário –ilusão danosa porque os fundos de pensão quebram a solidariedade operária e colocam a aposentadoria à mercê dos mercados. Convém lembrar que uma parte dos sindicatos da CUT considera a criação de cooperativas de produção e a organização e prestação de serviços públicos nas áreas da educação e da saúde –à maneira de uma ONG– como o início de um processo de

socialização da economia e do Estado. Diversos intelectuais progressistas no Brasil e no exterior estão tematizando tais iniciativas como se elas representassem a construção de implantes socialistas dentro da própria sociedade capitalista –Paul Singer e Antonio Negri desenvolveram idéias nessa direção (Zarpelon, 2002). Esse *novo socialismo utópico* encontra, por vias transversas, uma confluência com a política social do capitalismo neoliberal que visa, justamente, implementar as políticas sociais compensatórias em *parceria com entidades da sociedade civil*.

A adaptação do novo corporativismo operário ao privatismo neoliberal não é um processo desprovido de atritos. Essa camada dos trabalhadores mantém com o modelo neoliberal uma contradição importante e, ao que tudo indica, insanável. O desemprego provocado pelo baixo crescimento econômico, pela inovação tecnológica e pelos novos métodos produtivos cresceu muito nas montadoras de veículos e no setor bancário ao longo dos anos noventa. Mesmo as empresas estatais, como a Petrobrás, o Banco do Brasil, os bancos estaduais que sobreviveram, todas elas demitiram em massa ao longo dos últimos anos, recorrendo, principalmente, ao expediente dos programas de demissão dita voluntária. Esse mesmo desemprego é, hoje, uma fonte potencial de conflito entre a política econômica continuísta do governo Lula e essa camada de trabalhadores. No terreno dos direitos sociais, a Articulação Sindical pode assumir uma postura flexível. Apoiou, ainda que com ressalvas, a reforma neoliberal da previdência do governo Lula e já aceitou uma flexibilização das normas da CLT, normas que não são tão importantes para a sua base social. Ademais, todas as centrais sindicais estão aceitando a reforma trabalhista em troca de uma reforma sindical que, ao mesmo tempo, mantém a estrutura sindical herdada do período populista e acrescenta, como novidade, a integração das centrais a essa estrutura, conferindo às centrais hoje existentes a capacidade legal de enquadrar os sindicatos, de dar a última palavra na negociação salarial e de arrecadar as novas contribuições sindicais compulsórias que serão criadas. Contudo, a estagnação econômica e o desemprego, traços típicos do capitalismo neoliberal na América Latina, permanecem como fonte de conflito entre o governo Lula e os sindicalistas da Articulação Sindical.

O NOVO POPULISMO CONSERVADOR

Já dissemos que o setor priorizado pela política econômica neoliberal é o setor bancário da grande burguesia interna e o setor financeiro do capital imperialista. Pois bem, essa fração burguesa, que é a fração mais retrógrada das classes dominantes, logrou constituir uma classe-apoiio em setores pauperizados e desorganizados da população trabalhadora,

e que foram pauperizados, em boa medida, como consequência do próprio modelo econômico neoliberal. Falamos em classe-apoio do bloco no poder neoliberal, e não em classe aliada sua, porque esse setor popular lhe proporciona um apoio, inorgânico e difuso, *em decorrência de razões fundamentalmente ideológicas*, isto é, sem que tenha seus interesses atendidos pela política de Estado. Essa situação complexa e aparentemente paradoxal está exigindo reflexão cuidadosa do pensamento crítico brasileiro⁷.

Em primeiro lugar, esclareçamos que não é a totalidade dos trabalhadores pauperizados que serve de classe-apoio ao modelo neoliberal. Uma parte importante desse setor está organizada e se posiciona, em grau maior ou menor, contra aspectos importantes do capitalismo neoliberal –refiro-me aos movimentos pela reforma agrária, dirigidos pelo MST, pelo MLST e outras organizações, aos movimentos pela moradia, dirigidos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), pelo Movimento de Moradia no Centro (MMC) de São Paulo e a outros movimentos sociais que poderíamos denominar *movimentos de urgência*– os movimentos de trabalhadores que tiveram, devido à perda da terra, do emprego ou da moradia, a sua sobrevivência física imediata posta em cheque pelo capitalismo neoliberal⁸. Numa escalada crescente desde o início do novo governo, os sem-terra e os sem-teto estão promovendo ocupações em todo país, começam a alarmar os latifundiários, a burguesia e a imprensa, e exercem uma forte pressão sobre o governo Lula, do mesmo modo que já tinham feito durante o governo FHC. O governo Lula, comprometido com a meta elevadíssima de superávit primário que ele próprio estabeleceu –de 4,25% do PIB– reduziu drasticamente as desapropriações de terra para fins de reforma agrária. Tem procurado compensar isso com uma prática de cooptação das lideranças dos movimentos pela reforma agrária e com um discurso sobre a necessidade de aumentar a assistência técnica aos camponeses já assentados –o governo dar mostras de querer dividir o movimento entre os assentados e os que lutam pela obtenção de novos assentamentos.

Esclareçamos, em segundo lugar, que a parte dos setores populares pauperizados que funciona efetivamente como classe-apoio

7 O conceito de classe-apoio, do mesmo modo que o conceito de classe detentora, foi produzido por Nicos Poulantzas. Eu o utilizei de maneira um tanto livre, pois, em Poulantzas, a classe-apoio é base de sustentação de uma forma de Estado –por exemplo, o apoio do campesinato francês ao Segundo Império em meados do século XIX– e não de um bloco no poder (Poulantzas, 1968).

8 A revista *Crítica Marxista* publicou algumas entrevistas muito instrutivas sobre esses movimentos populares (Silva, 2000; Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2002; Mouriaux, 2002).

da burguesia financeira não é, apesar disso, um setor social reacionário. Esse setor, embora sirva de apoio à política neoliberal, é movido, em grande medida, por uma revolta popular legítima, ainda que sem direção política consciente, contra o caráter particularmente excludente do capitalismo brasileiro. A complexidade da situação reside no fato de que essa revolta popular legítima, justamente por ser uma revolta cega, pôde ser *confiscada* pela burguesia financeira e pelo imperialismo e direcionada para um objetivo político reacionário. A revolta desse setor contra a desigualdade social foi convertida em apoio difuso da proposta neoliberal de implantação do Estado mínimo. No discurso neoliberal, o alvo da revolta é localizado apenas no Estado e na intervenção estatal na economia e o funcionalismo público é apresentado como o setor privilegiado por excelência, contra o qual deve ser mobilizada a insatisfação popular. O objetivo político real é, cortando direitos e reduzindo os serviços públicos, tocar adiante a política de ajuste fiscal, que viabiliza a remuneração do capital financeiro, e abrir novas áreas para a acumulação capitalista. Perseguindo esses objetivos, o capital financeiro e seus representantes políticos apelam para os setores populares pauperizados e politicamente desorganizados, embrulhando a política de ajuste fiscal num discurso farsesco sobre a justiça social.

O pioneiro desse discurso e dessa prática foi Fernando Collor de Melo. É isso que ele fazia quando apelava aos *descamisados* contra os *marajás*. Fernando Henrique Cardoso fazia a mesma coisa quando criticava os privilégios do funcionalismo público e implantava as políticas sociais compensatórias e focalizadas, o aspecto afirmativo dessa nova política. Essa ação política e ideológica dos governos neoliberais pode ser qualificada de populismo, desde que façamos algumas importantes diferenciações.

Esse novo populismo, como todo populismo, é um apelo da liderança política, preferencialmente a partir do Estado, às massas politicamente desorganizadas. Essas, por seu turno, atendem ao apelo do governante porque depositam suas esperanças, não na organização e no programa político que não possuem, mas na ação protetora do Estado. Porém, se falamos em populismo de novo tipo é porque, diferentemente do velho populismo reformista do período pré-1964, esse populismo, que poderíamos denominar *regressivo*, aumenta as desigualdades sociais e reforça a dependência econômica do país.

Vargas, Goulart, Brizola e outros políticos populistas localizavam seus inimigos entre os *poderosos*, os *tubarões*, o *capital estrangeiro*, as *oligarquias* e os *Estados Unidos*, e procuravam, com isso, vencer as resistências do imperialismo e da antiga burguesia compradora a ele associada à política de industrialização do Brasil e de ampliação, ainda que modesta, dos direitos sociais dos trabalhadores. A peça trágica do discurso ideoló-

gico do populismo de velho tipo é a Carta Testamento de Getúlio Vargas, na qual se desenha um conflito mortal entre a ganância desmedida das *aves de rapina do imperialismo* e a atividade laboriosa do *povo brasileiro*, protegido pela figura tutelar do Presidente da República. Já o populismo regressivo dos governos neoliberais, sugere que pretende eliminar a corrupção, as vantagens e os altos rendimentos da cúpula da burocracia de Estado, de deputados e senadores, para, na realidade, designar como inimigo um setor das próprias classes trabalhadoras, o funcionalismo público, e, isso, com o único objetivo de fazer caixa para remunerar o capital financeiro nacional e internacional. É um populismo que não incomoda o imperialismo; ao contrário, é orientado e tutelado pelas agências do capital financeiro internacional. A peça burlesca desse discurso são os documentos *técnicos* dos economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que nos falam da incontornável urgência de deslocar os gastos públicos dos remediados e dos pobres para os *muito pobres* e, com isso, fazer justiça social e garantir o equilíbrio das contas públicas. Definitivamente, os neoliberais souberam aproveitar aquilo que Mao Zedong denominava *contradições no seio do povo*. Eles jogam uma parte dos trabalhadores contra a outra, desviando, todos, da luta contra os seus verdadeiros inimigos.

No que diz respeito ao populismo regressivo, o governo Lula apresenta, apenas, diferenças de grau. O Presidente da República, sendo de origem operária, tem podido exercer com maior eficácia esse novo tipo de populismo, que tem como objetivo manter cativa a simpatia política difusa desse setor popular pauperizado e desorganizado. O governo parece, também, disposto a cortar mais fundo. Do mesmo modo que elevou a meta de superávit primário, o governo propôs, no seu projeto de reforma da previdência, o sacrifício de parte das altas aposentadorias da cúpula da magistratura e da Polícia Militar –embora não tenha tocado no extravagante sistema de *aposentadoria* de deputados e senadores. Por último, o governo Lula faz alarde sobre suas intenções –até aqui frustradas pelo aumento do rigor na política de ajuste fiscal– de ampliar o programa de políticas sociais compensatórias e focalizadas –que é a ajuda insuficiente, incerta e efêmera, que o neoliberalismo oferece aos trabalhadores pauperizados em substituição aos direitos do Estado de bem-estar social. Ironia da história: o dirigente da CUT e do PT, organizações que sempre se apresentaram como críticos do passado populista do Brasil, acionou, uma vez eleito Presidente da República, o discurso e a política populista.

A política social brasileira, desde que começou a existir como tal na década de 1930, sempre marginalizou amplos setores da população trabalhadora. O populismo inaugurou em 1930 um processo gradativo de implantação dos direitos trabalhistas e sociais, isto é, da dimensão social da cidadania no Brasil –a cidadania na República Velha restrin-

gia-se a um pacote mínimo e precário de direitos civis e políticos. Porém, a política social populista não chegou a implantar uma cidadania social ampla e igualitária. Num país com população majoritariamente rural, como era o Brasil até os anos sessenta do século passado, o populismo não chegou a incluir nos direitos sociais os trabalhadores rurais. No que respeita aos trabalhadores urbanos, vinculou os direitos sociais ao emprego regulamentado, excluindo, portanto, os desempregados e os trabalhadores informais, e segmentando e hierarquizando esses direitos de acordo com o *status* profissional de cada um –a aposentadoria, o atendimento médico-hospitalar, a política salarial, tudo dependia da condição do trabalhador como industriário ou comerciante, bancário ou portuário, *celetista* ou servidor público e assim por diante. Sob a ditadura militar e após a democratização, alguns direitos sociais foram estendidos ao campo mas, já então, crescia o desemprego, o subemprego e o mercado de trabalho informal –essas chagas que foram ampliadas pelo neoliberalismo. Ora, essa população sobrando está, no modelo brasileiro de cidadania baseado no emprego regulamentado e na profissão, excluída dos direitos sociais.

A cidadania social *restrita e hierarquizada* está ligada, de diferentes maneiras, ao clientelismo do Estado brasileiro. É certo que em todas as formações sociais capitalistas, a burocracia do Estado burguês serve, em grau maior ou menor, de abrigo para membros decadentes da classe dominante ou como moeda na compra de apoio político. Mas, num país como o Brasil, de capitalismo periférico e de revolução burguesa inacabada, essa característica parasitária do Estado burguês é muito mais marcante. A implantação do concurso público para recrutamento de servidores e para promoção na carreira permaneceu inacabada no Brasil. Assim, durante o período populista, parte do emprego público podia ser ofertada como espécie de compensação aos membros decadentes das famílias dos proprietários de terra, fenômeno muito visível na Região Nordeste, e utilizada também como moeda para a compra de apoio político de dirigentes do movimento sindical e popular. Nos anos cinquenta do século passado, ficaram conhecidas as análises que falavam da existência de um *Estado cartorial* no Brasil. Durante a ditadura militar, setores burgueses e de classe média locupletaram-se com a distribuição de empregos públicos –nas empresas estatais, nas universidades federais, na estrutura administrativa, etc. Em todas essas épocas, sempre houve um ou mais partidos políticos que faziam da distribuição de cargos um recurso de poder. As grandes massas trabalhadoras não participaram e não participam dessa distribuição de prebendas, embora produzam a riqueza que é distribuída aos burocratas do Estado. O Estado clientelista tornou-se, por causa disso, alvo da insatisfação popular.

Ao longo da história republicana acumulou-se, desse modo, uma revolta popular instintiva e difusa contra a cidadania *restrita e hierar-*

quizada e contra o Estado clientelista, e foi essa revolta que se converteu, por mecanismos bastante complexos, em base de apoio para a ofensiva neoliberal. O neoliberalismo, como dissemos, *confiscou* essa revolta difusa e a dirigiu para o objetivo de construção de um *Estado mínimo* no Brasil.

A conversão de setores populares pauperizados em classe apoio do bloco no poder neoliberal aparece de diferentes maneiras. Apareceu de modo ativo na ação da central Força Sindical, que faz do privatismo neoliberal a sua bandeira. Essa central sindical está enraizada, fundamentalmente, no operariado industrial de menor poder de pressão. Ela agrupa os operários dos ramos do vestuário, da alimentação e do setor têxtil. É verdade que a Força Sindical agrupa, também, operários metalúrgicos, mas, não por acaso, em grande medida ela reúne a parte mais fraca sindicalmente desse setor operário –como é o caso, por exemplo, dos metalúrgicos da Grande São Paulo, sabidamente dispersos em milhares de pequenas empresas por toda a região metropolitana paulista. A Força Sindical elegeu o funcionário público e os serviços públicos como inimigos, no seu discurso e na sua prática. A central tem defendido, também, a privatização das empresas públicas e a desregulamentação dos direitos sociais⁹.

Um outro indicador do impacto popular do neoliberalismo aparece no processo eleitoral dos anos recentes. Se estiverem corretas as pesquisas de intenção de votos, podemos afirmar que os candidatos neoliberais à Presidência da República obtiveram maioria nas camadas mais pobres da população brasileira nas eleições de 1989, 1994 e 1998 –estamos nos referindo à camada compreendida na faixa de renda de zero a cinco salários mínimos, segmento que aparece em todas pesquisas de intenção de voto no Brasil. Foi apenas na campanha eleitoral de 2002, que as pesquisas de intenção de voto indicaram que a candidatura Lula estava obtendo maioria entre os eleitores que se situam naquela faixa de renda, e, mesmo assim, Lula obtinha nessa faixa um escore um pouco inferior ao escore que ele obtinha no conjunto do eleitorado. É necessário que os intelectuais críticos encarem esses fatos e reflitam sobre o seu significado.

Hipoteticamente, a esquerda poderia ter organizado a revolta popular difusa que se acumulara contra o caráter restrito e hierarquizado dos direitos sociais e contra o clientelismo do Estado brasileiro. Poderia ter dirigido essa revolta de um modo progressista, visando a ampliação e a igualização da cidadania –não a sua destruição– e a de-

9 Pesquisa recente de Patrícia Trópia mostra que o privatismo e a revolta dirigida contra o servidor e o serviço público não se restringem à direção da Força Sindical, mas estão presentes, também, entre os trabalhadores de base dessa central (Trópia, 2004).

mocratização do Estado –não a destruição dos serviços públicos; a esquerda revolucionária poderia ter concebido essa tarefa como um elo entre a reforma e a revolução. No entanto, grande parte da esquerda continuava dependente ideologicamente do populismo e do desenvolvimentismo. Uma parcela minoritária, e mais atrasada, das organizações de esquerda estava mesmo comprometida economicamente com esse modelo. Usufruí, e ainda usufrui, do empreguismo no setor público; era, e ainda é, beneficiária do *Estado cartorial* brasileiro, justamente o Estado que era alvo da revolta difusa das massas populares.

A hegemonia neoliberal apóia-se, como se vê, em novas e variadas divisões produzidas no seio das classes trabalhadoras. Não apenas divisões provocadas no plano econômico, como ocorre com desemprego e a terceirização, mas, também, divisões políticas e ideológicas introduzidas pela burguesia. Até 1964, o trabalhador do setor privado via as vantagens existentes no serviço público, como a estabilidade no emprego, uma conquista que deveria ser estendida a todos. E o trabalhador do setor privado conquistou, de fato, a estabilidade, ainda que condicionada –estabilidade para o trabalhador com dez anos de casa. Após a ofensiva política e ideológica do neoliberalismo, a mesma diferença de condições de trabalho passou a ser pensada de uma outra perspectiva. Aquilo que era uma conquista a ser estendida a todos passou a ser visto como um privilégio a ser eliminado. Essa exemplo, além de indicar os equívocos das análises economicistas que sugerem ser impossível unificar trabalhadores que usufruem de condições de trabalho e de vida diferenciadas, evidencia de modo instrutivo os mecanismos sutis da hegemonia neoliberal.

O populismo regressivo dirigido aos setores pauperizados possui dois aspectos. Um aspecto que poderíamos denominar negativo, pois apenas agita o povo contra um inimigo fictício de modo a encobrir o seu inimigo real, e outro aspecto que poderíamos denominar positivo, pois oferece algo ao povo, uma sobra do banquete organizado pelos banqueiros e pelos grandes capitalistas: as famosas políticas compensatórias. Fernando Collor enfatizou o aspecto negativo do populismo neoliberal. A sua propaganda destacou a *caça aos marajás*. Grande parte da população pobre votou nele, iludida, imaginando que ele fosse combater os inimigos do povo, e apesar daquele aventureiro não ter indicado as medidas que tomaria a favor dos *descamisados*. Fernando Henrique Cardoso, de estilo menos popularesco, enfatizou o aspecto positivo do novo populismo. É verdade que ele também instigou os pobres contra os remediados e os trabalhadores da ativa contra os aposentados; num momento de inoportuna sinceridade para um político burguês profissional, chegou a chamar os aposentados do serviço público de vagabundos. Mas a ênfase do discurso e da propaganda governamental foi mesmo no aspecto positivo do novo populismo: a “vitória sobre a inflação”, que o presidente apresentava como obra *pessoal* sua, o programa

Comunidade Solidária e as diversas bolsas que o governo FHC criou ou ampliou –bolsa escola, bolsa renda e bolsa alimentação. No caso do discurso populista em torno da *vitória do Presidente sobre a inflação*, é interessante notar como outra herança perversa do desenvolvimentismo, que se utilizava amplamente do *imposto inflacionário*, permite ao populismo regressivo neoliberal apresentar uma necessidade do capital financeiro, que requer uma moeda mais ou menos estável para entrar e sair sem perdas do país, como se fosse uma conquista popular.

O governo Lula tem utilizado os dois aspectos do populismo regressivo. Tem acenado com a ampliação das políticas sociais compensatórias e tomado algumas iniciativas nesse sentido. Porém, no geral, não tem avançado devido à sua própria política econômica que elevou a meta de superávit primário para garantir o pagamento dos juros da dívida. O que fez até aqui foi lançar o programa Fome Zero que, no entanto, estagnou, criar o micro-crédito para empréstimos de até mil reais, com uma taxa de juros nada micro de 2% ao mês, e unificar as bolsas e auxílios criados pelos governos Sarney, Collor e FHC numa única bolsa denominada bolsa família. O governo Lula utiliza também o discurso de agitação. Em meados de 2003, para tocar adiante a reforma fiscal da previdência, quase toda a equipe do governo Lula passou a enfatizar a crítica aos chamados privilégios do servidor público. Seus ministros –Palocci, Gushiken, Berzoini e Guido Mantega– se revezam na crítica e na ofensa aos servidores públicos e aos aposentados em geral, apresentados de maneira subliminar à nação como trastes indesejáveis. Esse é um indicador sólido da convicção neoliberal da equipe governamental.

A ESQUERDA NA NOVA FASE DO NEOLIBERALISMO

Mudanças econômicas e políticas permitem falar numa nova fase do modelo capitalista neoliberal e periférico no Brasil. Essa nova fase é muito desfavorável para a luta dos trabalhadores. Ela está permitindo um fortalecimento da unidade da burguesia e está agravando as divisões no seio do movimento popular.

O governo Lula, aprofundando o que fora iniciado no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, concentra os seus esforços na busca de saldos crescentes na balança comercial. O capitalismo brasileiro exacerbou a sua função exportadora para compensar os dólares que antes eram supridos pelo fluxo internacional de capitais para os (mal denominados) *mercados emergentes*, pela queima do estoque –hoje quase esgotado– de empresas públicas e pelos sucessivos empréstimos externos. Na corrida para a exportação, o capitalismo brasileiro reafirma a posição subordinada que ocupa na divisão internacional do trabalho, na medida em que se concentra nos produtos agrícolas e nos manufaturados de baixa sofisticação tecnológica. A finalidade da *caça*

ao dólar continua sendo a mesma da fase anterior: acima de tudo, remunerar o capital financeiro nacional e internacional. Trata-se de uma repercussão de mudanças ocorridas na situação de dependência, o aspecto exógeno da equação, nas relações de classe no próprio interior do país. Essa mudança econômica ampliou a base de sustentação da hegemonia do capital financeiro imperialista e nacional no interior da burguesia brasileira, por ter melhorado a situação da parte da burguesia interna –industrial e agrária– que produz para a exportação.

Essa mudança, que une a economia e a política, o nacional e o internacional, terá repercussões importantes na situação das classes trabalhadoras. Ela significa que o crescimento do capitalismo brasileiro, além de se manter modesto, deverá se tornar cada vez mais independente da dinâmica do mercado interno. A insistência do governo Lula em manter o arrocho do salário mínimo não tem a ver tão-somente com a política de ajuste fiscal. O Presidente restringiu-se a falar da necessidade de não aumentar os gastos da previdência social porque sabe que esse argumento, em decorrência do impacto popular do neoliberalismo, goza de certa legitimidade. Porém, um salário mínimo de fome é também necessário para aumentar a competitividade das exportações brasileiras e porque o neoliberalismo periférico está se descolando, cada vez mais, do mercado propiciado pelo salário do trabalhador brasileiro.

No que diz respeito à hegemonia ideológica do modelo neoliberal, o governo Lula, ao aderir ao neoliberalismo, elevou a uma etapa superior o longo processo que resultou na implantação de uma nova hegemonia burguesa no Brasil –a hegemonia regressiva do modelo capitalista neoliberal e periférico. Grande parte daquilo que faz hoje e os apoios políticos com que pode contar são, portanto, os mesmos utilizados por FHC. Lula herdou não só o modelo econômico, mas também a sua base de sustentação política. Herdou e reproduz o bloco no poder onde pontificam o grande capital, o capital estrangeiro e os bancos; herdou, também, os apoios que o neoliberalismo logrou obter no meio popular. Porém, nesse terreno, o governo Lula apresenta, como vimos, algumas novidades.

O novo governo cria, em primeiro lugar, uma ilusão de poder no núcleo operário do novo sindicalismo, representado pelos trabalhadores das montadoras de veículos do ABC. Tem procurado cultivar essa ilusão: imagina uma solução localizada, e baseada em inúmeros favores para as multinacionais do setor automotivo, para o drama do desemprego na Região do ABC e procura estreitar os laços simbólicos com os trabalhadores dessa região. Em segundo lugar, o governo pode aprofundar, devido à origem popular de parte dos seus integrantes, o novo populismo regressivo, que aposta na divisão dos trabalhadores, instigando os miseráveis contra os pobres e esses contra os remediados. Há contradições reais no seio do povo e a esquerda brasileira, muitas vezes, as ignorou; os

governos neoliberais, os antigos e o atual, representando a grande burguesia interna e o capital financeiro internacional, estão sabendo explorar muito bem essas contradições. Em terceiro lugar, a ascensão de Lula à Presidência da República eliminou a antiga resistência parlamentar ao neoliberalismo, que era composta pelos partidos que, hoje, são a espinha dorsal da base parlamentar do governo –PT, PSB, PCdoB. Essas três novidades são negativas para o movimento operário e popular, de modo que a conclusão nossa é que a vitória eleitoral de 2002 tem representado, até aqui, uma derrota para a esquerda brasileira.

As correntes socialistas e progressistas precisam entender que o problema não reside apenas nas opções da cúpula partidária e da equipe governamental, mas se alastra por boa parte da sociedade, sob a forma da hegemonia burguesa e regressiva do neoliberalismo. O esquema simplificado e idealista que opõe as *massas instintivamente revolucionárias* às *direções irremediavelmente traidoras* não esclarece nada sobre a situação atual. É preciso encarar a hegemonia regressiva do neoliberalismo e refletir sobre ela. Como superar o novo corporativismo? Como redirecionar a revolta das camadas pauperizadas contra o clientelismo do Estado e a cidadania restrita? Sem responder questões como essas, será difícil estabelecer uma tática correta para a atual conjuntura. A disputa não se restringe à luta interna nesse ou naquele partido, mas envolve grande parte dos movimentos populares.

BIBLIOGRAFIA

- Bianchi, Álvaro 2004 “O ministério dos industriais. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990”. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas.
- Boito Jr., Armando 2002 (1999) *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (São Paulo: Xamã).
- Boito Jr., Armando 2003a “A hegemonia neoliberal no governo Lula” em *Crítica Marxista* (Rio de Janeiro) Nº 17.
- Boito Jr., Armando 2003b “Nacionalismo de fazendeiro” em *Opinião Socialista* (São Paulo) Ano VIII, Nº 60.
- Carneiro, Ricardo 2002 *Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do século XX* (São Paulo: UNESP).
- Folha de São Paulo 2004a “Fundos rendem 4 vezes mais que produção” (São Paulo) 11 junho, Caderno Dinheiro.
- Folha de São Paulo 2004b “Lucros dos bancos sobem mais de 1.000%” (São Paulo) 21 junho.
- Isto É 2004 (São Paulo) 30 junho.

- Mouriaux, René 2002 “A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa” em *Crítica Marxista* (São Paulo) Nº 14.
- Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto 2002 “O assentamento Anita Garibaldi” em *Crítica Marxista* (São Paulo) Nº 14.
- Oliveira, Ariovaldo 2004 “Os mitos sobre o agronegócio no Brasil”. Trabalho apresentado ao XII Encontro Nacional do MST, São Miguel do Iguaçu, Estado do Paraná, janeiro.
- Poulantzas, Nicos 1968 *Pouvoir politique et classes sociales* (Paris: François Maspero).
- Silva, Luís Gonzaga 2000 “A luta pela moradia popular” em *Crítica Marxista* (São Paulo) Nº 10.
- Silva, Luís Inácio Lula da 1980 *Lula, entrevistas e discursos* (São Bernardo do Campo: ABCD Sociedade Editorial).
- Trópia, Patrícia 2004 “O impacto popular do neoliberalismo. A Força Sindical e os metalúrgicos da cidade de São Paulo”. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas.
- Zarpelon, Sandra 2002 “Sindicalismo cutista, assistência social e socialismo” em *Idéias* (Campinas) Ano 9, Nº 1.